Núcleo Metropolitano, Código GEP-DAS-011.3, a contar de 22 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 548448

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 396/20 - DPG Belém, 20/05/2020.

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 054 de 07 de fevereiro de 2006.

Considerando o Processo nº. 2020/300003 de 23/04/2020.

RESOLVE: Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio ao Defensor Público MARCELO DELLA CORTE LEITE, matrícula nº 5895967/ 1, sendo 30 (trinta) dias referente ao Triênio 2011/2014, com gozo no período de 15/10/2020 a 13/11/2020 e 30 (trinta) dias referente ao Triênio 2014/2017, com gozo no período de 14/11/2020 a 13/12/2020.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 548589

OUTRAS MATÉRIAS

RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 25 DE MAIO DE 2020.

Destinatários: Aos estabelecimentos comerciais credenciados no vale alimentação da Secretária de Educação do Estado do Pará junto ao Governo do Estado do Pará.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que, segundo o disposto no art. 134, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição;

CONSIDERANDO que, segundo o disposto no art. 4º, II e X, da Lei Complementar n. 80/94, é função institucional da Defensoria Pública a promoção prioritária da resolução extrajudicial de conflitos, promovendo a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos e outros, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

CONSIDERANDO que, à conta do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, opera-se a transferência corrente de recursos federais aos Estados e Municípios, em caráter suplementar, visando garantir a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola), do ensino fundamental e médio, matriculados em escolas públicas e filantrópicas, inclusive as de educação especial e comunitárias conveniadas com o Estado e com o município (art.5º, I e II da lei nº 11.947/2009);

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica pública, configurando-se como dever do Estado a sua efetiva execução, em consonância com as diretrizes presentes na legislação vigente, como na Resolução/CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE; CONSIDERANDO que são diretrizes da alimentação escolar, a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social. (art. 2º, VI da Lei nº 11.947/2009);

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a garantia da Prioridade Absoluta, compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

CONSIDERANDO que a Doutrina de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, instituída pelo artigo 227 da CFRB/88 e abarcada no ECA; determinou que todos, inclusive a sociedade, são responsáveis por assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do Novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde caracterizou a COVID-19 como pandemia;

CONSIDERANDO que, em 04 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 188/GM/MS, a qual declarou "Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)", nos termos do Decreto nº 7.616/2011, este editado para regulamentar o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 8.080/1990 e o §4º do artigo 2º da Lei 8.745/1993;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Pará publicou Decreto nº 609/2020, art. 4º § 1 que coloca que as aulas da rede de ensino público

estão suspensas devendo ser mantida regularmente a oferta de merenda escolar ou medida alternativa que garanta a alimentação dos alunos, a critério da SEDUC, sendo estas medidas temporárias e emergenciais de prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus SARS-COV-2;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado do Pará editou o Decreto Legislativo nº 02/2020, reconhecendo o estado de calamidade pública, nos termos da solicitação formulada pelo Governo do Estado do Pará por meio da Mensagem 019/22020-GG, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) solicitou apoio institucional desta Defensoria Pública por meio do Ofício n. 652/2020-GAB/SEDUC;

CONSIDERANDO que o fechamento de instituições de ensino, ainda que por tempo determinado, acarreta uma série de consequências econômicas e sociais, aprofundando as desigualdades socioeconômicas e educacionais; CONSIDERANDO que em razão da desigualdade socioeconômica que assola o Brasil e o estado do Pará muitos estudantes da rede pública de ensino, com frequência, dependem da merenda escolar para poder ter acesso a uma alimentação digna e saudável;

CONSIDERANDO que, na atual conjuntura, a situação de pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e os impactos vivenciados no Brasil e no Pará, em especial quanto à suspensão das aulas nas escolas, por consequência da merenda escolar, obriga a uma série de considerações e ações conjuntas do Estado, da sociedade e da família para garantir à criança e ao adolescente o direito fundamental à alimentação, de modo estável e permanente; RESOLVE, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, RECOMENDAR aos estabelecimentos comerciais credenciados no programa vale alimentação da Secretária de Educação do Estado do Pará (SEDUC):

1. Que adotem as medidas necessárias para garantir a efetividade do acesso de todas as crianças e todos os adolescentes regularmente matriculados na rede estadual de ensino a uma alimentação digna e saudável durante o período de suspensão das aulas em decorrência da situação de emergência em saúde pública provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19), com o devido fundamento no art. 4º, §1 do Decreto nº. 609/2020;

2. Que ocorra a devida instrução aos funcionários do estabelecimento comercial quanto à função do "Vale alimentação" da SEDUC, qual seja, única e exclusivamente de proporcionar a alimentação dos alunos durante a pandemia da Covid-19, em substituição a tradicional merenda escolar;

3. Que todos os funcionários do estabelecimento comercial recebam a adequada informação de como identificar o "Vale alimentação" da SEDUC, diferenciando-os dos demais vales-alimentação normalmente usados por servidores públicos e empregados de empresa privada;

4. Que o estabelecimento comercial AFIXE cartazes comunicando aos consumidores que só será aceito o "Vale alimentação" da SEDUC como forma de pagamento somente para compras com fins alimentícios e qualquer item diverso, como por exemplo: bebidas alcoólicas, roupas, eletrodomésticos, etc, deverão ser pagos separadamente por meio das outras formas de pagamento aceitas no estabelecimento comercial;

5. Que seja realizado o controle efetivo das compras feitas com o "Vale alimentação" da SEDUC pelos funcionários do estabelecimento comercial credenciado, evitando que o responsável legal da criança ou do adolescente utilize o vale para fins não alimentícios;

6. Que no ato da compra com o "Vale alimentação" da SEDUC o responsável legal apresente documentação de identificação tanto dele quanto do aluno;

7. Que o estabelecimento comercial não cobre qualquer taxa para compras realizadas com o "Vale Alimentação" da SEDUC, uma vez que tal prática é proibida e está sujeita a sanções legais; Alerta-se, desde logo, que eventual descumprimento da presente recomendação importará na adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive no sentido de apuração de responsabilidades civil, administrativa e criminal dos credenciados, que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes em relação ao direito à alimentação adequada. Encaminhem-se, por meios eletrônicos, cópias desta Recomendação aos seus destinatários, para cumprimento.

Belém, 25 de maio de 2020.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 548422

RESOLUÇÃO CSDP Nº 247, DE 22 DE MAIO DE 2020.

Homologa a lista dos candidatos mais votados ao cargo de Defensor Público Geral do Estado do Pará.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, publicada no DOE em 09.02.2006;

Considerando o disposto no artigo 11, XII, da Lei Complementar Estadual nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, bem como o disposto no art. 14 da Resolução CSDP nº 124, de 14/04/2014.

Considerando o resultado das eleições ocorridas no dia 22 de maio de 2020, para o cargo de Defensor Público-Geral do Estado do Pará;

Considerando o encerramento dos trabalhos da Comissão Eleitoral constituída pela Resolução CSDP nº 242 de 23 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.196 de 27/04/2020, alterada pela Portaria 93, de 18/05/2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.223 de 19/05/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a lista, em ordem decrescente, dos candidatos mais votados para o cargo de Defensor Público-Geral do Estado do Pará, a ser encaminhada, na forma da lei, ao Exmo. Sr. Governador do Estado:

1. JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO - 129 (cento e vinte e nove)